

Diálogos Regionais El Niño 2026/2027 - Rio de Janeiro

Identificação e Contexto

Evento: Diálogos Regionais sobre o El Niño 2026/2027

Data e horário: 20 de agosto, quinta-feira, das 14h às 18h;

Local: Palácio da Fazenda, Centro, Rio de Janeiro

Objetivo: promover a escuta territorial e fortalecer o controle social das ações governamentais, integrando representações do governo federal e da sociedade civil na preparação e mitigação dos impactos climáticos decorrentes do fenômeno El Niño previsto para o período 2026/2027, e das mudanças climáticas.

Público participante: 51 participantes

Entes do governo federal participantes: CEMADEN/MCTI, MDS, MCid, MIR, MS, MDA, SG/PR.

Organizações da Sociedade Civil: CEASM/UERJ, CONAM, ACS/Sindicais, ALMA/FAMRIO, Instituto de Pesquisa Jardim Botânico, Mov. Justiça Social, C.Mulheres, Fundação FBCN, Fórum Cozinha Solidária, Baia viva, Instituto Terreiro Sustentável, Projeto Sopão do Bem, Visão Coop., MTST, VAT, entre outras.

O Diálogo Regional sobre o El Niño 2026/2027 chegou ao Rio de Janeiro em 20 de agosto, com um encontro dedicado ao controle social, prevenção e resposta aos desastres climáticos. Realizado no Palácio da Fazenda, o evento reuniu representantes do governo federal e sociedade civil para debater os impactos do fenômeno climático e fortalecer os canais de participação social sobre as ações de enfrentamento.

Abertura: alerta para intensidade do fenômeno na Região Sudeste

Na abertura, a Secretaria-Geral da Presidência da República explicou que o evento foi estruturado para colher e sistematizar, de forma descentralizada, as percepções e os desafios enfrentados nos territórios. Foi destacado o esforço interministerial do governo federal na produção de boletins mensais de indicadores climáticos e hidrológicos, voltados a dar transparência ao processo e subsidiar o trabalho da sociedade civil.

Em seguida, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden/MCTI) caracterizou o El Niño como um fenômeno recorrente, mas que se anuncia mais intenso desta vez. Para a Região Sudeste, projetou períodos de calor extremo intercalados com episódios de chuva intensa, com grandes desafios para a gestão hídrica, energética e de saúde pública.

Ainda na abertura, a representante da sociedade civil Maureen Santos afirmou que as catástrofes climáticas não são fenômenos meramente naturais, mas desastres

socioambientais decorrentes de desigualdades estruturais, injustiça climática e racismo ambiental, defendendo que o El Niño deixe de ser tratado como "excepcionalidade" e passe a integrar o orçamento público permanente de moradia, saneamento, saúde e reforma agrária.

O Ministério da Saúde detalhou o Plano Estratégico de R\$ 9,8 bilhões até 2035 para adaptar o SUS às crises climáticas, com vigilância em tempo real e ampliação de alertas precoces. Anunciou também a descentralização da Força Nacional do SUS, com a criação de bases regionais, com o Rio de Janeiro como polo da Região Sudeste, para garantir respostas emergenciais em até 12 horas. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome apresentou as frentes do ministério baseadas no SUAS e no Cadastro Único, incluindo o novo Comitê de Calamidades e Emergências Públicas e a atuação das equipes interdisciplinares do FORSUAS, além de ações de segurança alimentar como distribuição de cestas, cozinhas solidárias e o Programa de Aquisição de Alimentos.

O Ministério da Igualdade Racial destacou que os desastres climáticos afetam desproporcionalmente a população negra, quilombola e periférica, apresentando o Plano Temático de Igualdade Racial para Enfrentamento ao Racismo Ambiental, integrado ao Plano Clima Adaptação, e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Racismo Ambiental e Climático, constituído de forma paritária com a sociedade civil. Por sua vez, a Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades apresentou a Estratégia Periferia Sem Risco, com previsão de R\$ 4 bilhões em contenção de encostas, dos quais R\$ 1 bilhão destinados ao estado do Rio de Janeiro e R\$ 300 milhões ao município, além da meta de contratação de 200 Planos Municipais de Redução de Risco e da elaboração participativa de Planos Comunitários de Redução de Risco e Adaptação Climática no âmbito do Periferia Viva.

Sociedade civil cobra transparência e presença efetiva nos territórios

A plenária que se seguiu ao painel institucional trouxe a perspectiva dos movimentos sociais, povos originários, comunidades tradicionais e organizações ambientais do Rio de Janeiro.

Entre as principais questões apresentadas, destacaram-se a necessidade de maior transparência na aplicação de recursos destinados a obras de macrodrenagem e contenção de encostas, bem como os impactos do assoreamento de rios sobre o escoamento das águas pluviais, especialmente em períodos de maré alta. Também foi ressaltada a necessidade de garantir a proteção de trabalhadores expostos a extremos térmicos e de ampliar a destinação orçamentária para tecnologias ecológicas desenvolvidas pelas próprias comunidades.

As intervenções de povos indígenas e comunidades tradicionais enfatizaram a necessidade de assegurar sua participação efetiva na governança climática e de garantir tratamento igualitário às diferentes populações nas ações de resgate e atendimento após desastres, sem privilégios relacionados à condição socioeconômica.

Também foram apresentadas demandas relacionadas às periferias e favelas cariocas, com destaque para as desigualdades territoriais no acesso a serviços de emergência e no restabelecimento de água e energia após eventos extremos, além da necessidade de aprimorar a infraestrutura e os protocolos técnicos de prevenção e resposta a situações de risco. Ressaltou-se, ainda, a importância de garantir financiamento para os Planos Populares de Adaptação Climática elaborados pelas próprias comunidades e de assegurar que os debates sobre mudanças climáticas estejam acompanhados da efetiva execução dos recursos previstos.

Por último, foram destacadas demandas relacionadas à inclusão das populações pesqueiras e das comunidades da zona costeira nos debates e estratégias de adaptação climática, ao aprimoramento da articulação de dados sobre marés e riscos climáticos e ao fortalecimento financeiro dos conselhos de participação social. Também foi reivindicada a inclusão, nos planos de contingência climática, de comunidades indígenas, caiçaras, pescadores artesanais, ribeirinhos e pessoas em situação de rua.

Grupos de trabalho propõem soluções para os territórios

Na etapa da oficina, os participantes se dividiram em quatro grupos temáticos para traduzir os debates em propostas concretas de controle social e adaptação climática.

O primeiro grupo debateu participação comunitária e infraestrutura de emergência, defendendo a inclusão de comunidades tradicionais e juventudes nos espaços decisórios e propondo a criação de postos territoriais permanentes dentro de favelas e periferias, com sistemas de alerta comunitários e rotas de fuga sinalizadas para áreas de maior risco geológico e hidrológico, como a bacia do Rio Acari.

O segundo grupo tratou de participação, transparência e obras de adaptação, defendendo que instâncias de controle social sejam criadas já no nascimento de cada política pública, com conselhos de representação legitimamente eleita, além da valorização de agentes comunitários já presentes nos territórios e da estabilidade do serviço público como garantia de memória institucional.

O terceiro grupo propôs que a adaptação climática funcione como eixo regulador de todas as políticas urbanas e territoriais, com reflorestamento em larga escala de encostas e cabeceiras, para mitigar enxurradas e ilhas de calor, além de hortas comunitárias para soberania alimentar e dotação orçamentária própria para o Sistema

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), de modo a não sobrecarregar os recursos do SUS e do SUAS em situações de emergência.

Por fim, o quarto grupo discutiu o fortalecimento da sociedade civil e planos de contingência, com propostas de ampliação das tarifas sociais de energia elétrica para famílias mais vulneráveis ao calor extremo, incorporação de diagnósticos climáticos ao planejamento urbano dos municípios e elaboração de planos de contingência conjuntos entre sociedade civil, setor privado e poder público.